

Um quadradinho de Verde

Ana Contumélias

O objectivo substantivo do projecto de investigação que aqui trago, traduz-se no perceber de que forma uma acção colectiva, baseada num entendimento partilhado do aproveitamento que deve ser feito de uma pequena parcela do território de um bairro – um terreno situado entre a escola básica e a escola pré-primária de Telheiras – pode ser entendida como uma aprendizagem/*educação ambiental* que, por ser pensada, pode ser vivida.

O objecto de estudo integrador, o objecto sociológico é, então, essa *acção colectiva*; esse exercício de *cidadania activa*, a um tempo acção e aquisição de competências para a acção; essa aprendizagem/*educação ambiental*, aqui entendida como *educação para o desenvolvimento*. Tratar-se-ia, de alguma forma, de uma investigação no terreno de um objecto abstracto-conceptual, não fora ver-se nessa acção colectiva uma forma de *agência*, em que é possível estudar os *agentes* e os seus desempenhos.

Assim, sempre tendo em vista o pano de fundo desse estudo integrador constituído pela relação dos agentes, entende-se que o objecto de estudo se concretiza empiricamente, em parte, neles próprios.

Como definem/redefinem esses actores os seus papéis? Que educação para o exercício da cidadania possuem, e onde se cruza ela (se é que se cruza...) com áreas do saber como o Ambiente, a Ecologia, a Comunicação, as Tecnologias da Informação? Que auto-representação têm dos seus desempenhos? Pode a *dimensão oculta* da sua interacção, ser *desocultada*? Eis o que se procura descobrir, *descendo ao terreno* e ouvindo os agentes.

Nesse sentido, a investigação em curso deter-se-á no estudo do bairro de Telheiras¹ das intervenções da Associação de Residentes de Telheiras-ART,² do “Jornal de

¹ O “bairro” de Telheiras é referido no Plano Director Municipal de Lisboa, concluído em 1967, como uma “zona de expansão residencial” da cidade. Contudo, nem nesse momento, nem mais tarde, se definem as fronteiras do território em causa. Administrativamente, Telheiras está inserido na Freguesia do Lumiar, mas ninguém ainda sabe onde começa e acaba o “bairro”, que não constitui, em si mesmo, uma circunscrição administrativa. Também não há qualquer informação rigorosa sobre o número dos seus habitantes. Inicialmente, o “bairro” tinha um traçado urbanístico homogéneo, que coincidia com uma homogeneidade sociológica dos seus habitantes. De então para cá, à intervenção urbanística da EPUL juntaram-se as intervenções de cooperativas de habitação, de empresas privadas, e as resultantes da implementação de três Programas Especiais de Realojamento, em momentos e locais diferentes. O resultado foi que o “bairro” perdeu boa parte dessa homogeneidade urbanística inicial, e terá igualmente perdido a homogeneidade social, devido à chegada de novos moradores, e à mobilidade de moradores antigos, ainda que boa parte dela pareça ter acontecido dentro do “bairro”. Hoje, há muitas pequenas Telheiras, dentro da “Grande Telheiras”, embora subsista a representação do “bairro” como uma “aldeia na cidade” e como a “aldeia dos doutores”, ou o “bairro da massa cinzenta”, exteriormente atribuídas – quer pela EPUL (a empresa urbanizadora) na sua estratégia de marketing e na sua sequente comunicação publicitária, quer pelos meios de comunicação (com destaque para o jornal “Expresso”) – e logo apropriada.

² A Associação de Residentes de Telheiras - ART, existe no “bairro” há quinze anos, já que nasceu em 1988. É uma instituição de utilidade pública, devido ao “mérito da acção desenvolvida no fomento do exercício de uma cidadania activa e participativa por parte dos residentes da sua área de intervenção”, fundada com o objectivo, expresso no Art. 3º dos seus Estatutos, de: “fomentar a criação de infra-estruturas de apoio directo à comunidade residente; fomentar a realização de actos públicos que visem, directa ou indirectamente, promover o aperfeiçoamento social, cultural, físico e cívico dos seus membros residentes; fomentar o mais elevado espírito de solidariedade e civismo entre os residentes da área de Telheiras, efectuando ou promovendo reuniões, visitas, actividades desportivas, sociais ou intelectuais e quaisquer outras realizações compatíveis com os recursos e o funcionamento da Associação, no sentido de defender, preservar e melhorar as vertentes urbanística e ecológica desta área residencial”. Quase 16 anos passados, a Associação de Residentes de Telheiras reúne um universo de 500/600 famílias associadas (a própria Associação não consegue ser mais precisa neste momento, em que está a reorganizar os ficheiros de sócios) e realiza um alargado conjunto de actividades: teatro; ensino da música (flauta e viola); um grupo coral, ateliers de pintura, ioga, danças de salão, andebol, cicloturismo, e outras actividades ocasionais. É também responsável pela realização de debates públicos e encontros temáticos sobre questões urbanísticas, educacionais ou políticas, e mantém um diálogo permanente com o poder autárquico (Junta de Freguesia do Lumiar e Câmara Municipal de Lisboa) e com instituições que “interferem” na qualidade de vida do “bairro” (como a EPUL, a Carris, o Metropolitano de Lisboa, e outras), constituindo-se como um interlocutor “obrigatório” na defesa do que entende como os interesses de Telheiras.

Telheiras”³, e da Escola Primária e Jardim de Infância⁴ no que, directa ou indirectamente, diz respeito ao destino a dar ao terreno, a que em título se chama *Um Quadrado Verde*, como forma de apreender o objecto, percebendo embora que, em Sociologia, o todo não é igual à soma das partes.

Está, portanto, a ser contada a história que se desenrola em torno de uma pequena parcela de território, dos desejos e atitudes que sobre esse espaço se formaram e afirmaram. A narrativa, que se produz em seguida, recua ao ano de 1997. Em Junho, o boletim da Associação de Residentes lança um inquérito preliminar aos moradores, no sentido de fazer um levantamento das sensibilidades locais, relativamente à “conveniência e oportunidade de se virem a criar, em Telheiras, Campos de Jardinagem”. A ideia de tornar possível o cultivo das terras ainda permeáveis, quer como horta familiar, quer como espaço de aprendizagem e ocupação de tempos livres, obtém uma receptividade considerável.

No Equinócio da Primavera, um grupo, muito heterogéneo em termos etários e sociais⁵, caminha até ao interior da Quinta de Sant’Ana e, no meio da vegetação, os presentes assinalam a fundação do Clube dos Jardineiros de Telheiras, inscrevendo o seu nome num livro decorado com flores secas.

Em Outubro, realizou-se um encontro de candidatas a jardineiros, e, em Novembro, a Associação de Residentes envia uma carta a João Soares⁶ em que o assunto é a “criação de campos de jardinagem”. Na carta dá-se conta dos resultados do inquérito, dos contactos,

³O “Jornal de Telheiras” nasceu em Agosto de 1999, data em que o seu número zero saiu a público. Com 12 páginas, 4 das quais a cores, essa edição dava conta, no Estatuto Editorial, que o Jornal se regeria “pelos princípios básicos do jornalismo”, tais como o “rigor”, e a “exactidão; no respeito pelos factos, na sua verificação, na recusa da demagogia, na honestidade intelectual”, e se assumia como “um jornal local”, propondo-se focar, “exclusivamente, os factos e acontecimentos que fazem a vida, a cultura e a identidade do bairro, ou que sobre elas revelem influência significativa”. Durante o período da sua publicação os conteúdos do jornal estiveram também disponíveis on-line no site www.jornaldetelheiras.pt. O “JT” afirmava-se um instrumento ao serviço da comunidade, propondo-se contribuir para a melhoria das condições de vida locais, e prometendo ser “um fórum aberto ao debate e seu motivador, em defesa da participação democrática dos telheirenses, na tomada de decisões que afectem o seu destino colectivo”. O “editorial” desse número zero, retomando o tema da definição do projecto, faz referência à “comunidade, enquanto dimensão da cidadania, conjunto de relações por via das quais se criam identidades colectivas de vizinhança, ligando pessoas a territórios vivos e simbólicos”, à “orientação positiva, no sentido em que cada problema será focado pelo ângulo da solução” e ao jornal como “um meio efectivo de aprendizagem”...

Os objectivos do “Jornal de Telheiras” mostravam-se, assim, perfeitamente sintonizados com os princípios estatutários da Associação de Residentes de Telheiras, e assim foi enquanto se publicou, materializando-se em sete edições, publicadas nos anos de 1999/2000.

⁴A Escola Primária N.º 57 de Telheiras foi implantada no “bairro” na década de setenta, altura em que a população residente era ainda diminuta. Edificada de acordo com o modelo sueco então em voga, Tipo P3, nunca chegou a funcionar em sistema de sala aberta, pois a sua primeira ocupação – turmas da Escola Secundária de Benfica – logo impôs que fossem erguidas paredes de separação.

A N.º 57 iniciou a sua vocação de Escola Básica N.º 1 no ano lectivo de 1982/83 e, até ao passado ano lectivo, o número de alunos inscritos nunca parou de aumentar. Hoje tem 16 turmas e 363 alunos, uma sala a funcionar como Centro de Recursos e outra como Secretaria e Apoio Administrativo.

No terreno adjacente a esta escola foi implantado o Jardim de Infância de Telheiras, que entrou em actividade em 1998/99, com lotação esgotada e uma lista de espera de 104 inscritos. Hoje tem 120 alunos. A EB N.º 1, N.º 57 e o Jardim de Infância de Telheiras (que já funcionava no espaço físico da Primária até à inauguração do novo edifício) constituíram-se como estabelecimento de ensino único, há quatro anos, funcionando em Regime de Autonomia. O ano passado iniciaram-se as negociações para a inclusão num agrupamento escolar mais alargado. Por iniciativa da Associação de Pais, estão organizados, no espaço escolar, serviços de almoços e de ocupação de tempos livres. O terreno não edificado do quarteirão é de momento utilizado pela EPUL, como estaleiro de apoio a obras em curso do outro lado da rua.

⁵Vinte pessoas, entre os cinco e os 77 anos.

⁶Então presidente da Câmara Municipal de Lisboa

entretanto, feitos com o arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles⁷, que elaborou “um estudo prévio da Estrutura Verde do bairro e uma proposta para a criação de uma zona de hortas no Núcleo Antigo de Telheiras”. Na carta considera-se que “um projecto como este vai certamente ao encontro dos objectivos da Agenda XXI, que Lisboa subscreveu, enquadrando-se perfeitamente no Projecto das Cidades Sustentáveis”.

No ano seguinte, o boletim da Associação titula “Hortas de Telheiras à espera de terreno” e adianta que “a quase centena de famílias de Telheiras que aderiu ao projecto das hortas/campos de jardinagem (...) interroga-se presentemente sobre o verdadeiro empenho da Autarquia.” De facto, o espaço das hortas, pensado para um local onde na altura ainda subsistia a prática agrícola, a histórica Quinta de Sant’Ana, frente à igreja e convento e na continuidade da velha aldeia, memória da ruralidade do sítio, apesar de chegar a ser projectado no gabinete do arquitecto Ribeiro Teles, então a colaborar com a Câmara Municipal, não avançou, alegadamente porque na altura estavam a começar as escavações do Metropolitano, no subsolo dessa área.

É ainda no boletim da Associação de Residentes que se difunde o “apoio” manifestado pelo então Edil, João Soares, à proposta dos habitantes de Telheiras, num registo algo lacónico: “nós não temos essa tradição mas vou ficar muito contente se o conseguirem (...) se conseguirem despertar a cidade”.

Nesse mesmo ano de 1998, é enviada uma outra carta a João Soares, esta assinada pelas direcções das Associações de Pais e de Residentes e pelas direcções da Escola Primária e do Jardim de Infância de Telheiras, propondo “a instalação de uma horta pedagógica no espaço disponível, cercada por sebes vivas, com possibilidade de associação de vários programas educativos (cheiros e sabores, cores e flores, vida animal no jardim, programa Ciência Viva do MCT); e a instalação de uma Tenda (ou outro equipamento amovível) para alargamento do espaço utilizável, nos tempos livres das crianças daqueles estabelecimentos de ensino”.

Com as obras do Metropolitano a avançar na Quinta de Sant’Ana, a descrença da população relativamente à implantação dos campos de jardinagem projectados por Ribeiro Telles, acentuava-se. O terreno livre junto das escolas oferecia uma outra possibilidade, menos ambiciosa mas mesmo assim capaz de alimentar as expectativas dos residentes, relativamente à possibilidade de serem estruturadas condições para o cultivo das terras em espaço público.

Os projectistas municipais, contactados directamente pelos representantes da comunidade de Telheiras, aderem de imediato à proposta, considerando-a uma oportunidade, pois já na altura “trabalham intelectualmente” com o conceito de agricultura urbana, tendo conhecimento de experiências do género em várias cidades da Europa e da América. Esta necessidade manifestada no bairro de Telheiras é, pois, muito bem recebida pelos técnicos, portadores da filosofia do *verde de uso* nas cidades.

Contudo, quanto ao terreno junto das escolas, João Soares responde remetendo a decisão para o presidente da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL), “por se tratar de assunto da sua área de competência”. Este último⁸ informa os representantes do bairro que o terreno está prometido ao Patriarcado de Lisboa. Contudo, a parcela em questão já estava diminuída na sua extensão, por ali ter sido construído o Jardim de Infância de Telheiras, após grande pressão exercida pela população. O facto alterara os dados iniciais; o alegado compromisso da EPUL com o Patriarcado referia-se à situação anterior. E corria o boato de que o projecto do Secretariado das Novas Igrejas não se compadecia com aquela redução do espaço disponível. Dada a posição mantida pela EPUL, os Residentes de Telheiras decidiram dirigir-se directamente ao Patriarcado, perguntando-lhe se estaria disposto a ceder a terra, pelo menos até que o assunto fosse resolvido.

⁷Gonçalo Ribeiro Telles é o autor do Plano Verde de Lisboa e um dos pioneiros em Portugal de uma visão ambientalista do território, sendo também grande defensor das práticas de agricultura urbana e da implantação de hortas na cidade.

⁸Então, Fernando Saraiva, militante socialista, também presidente da Junta de Freguesia de Benfica

Já no ano de 1999, o Bispo Auxiliar de Lisboa, informa⁹ que “o referido terreno (...) embora tenha sido atribuído pela EPUL ao Patriarcado,” não é, ainda, sua propriedade. Diz também que foi dirigido à EPUL “um pedido de troca desse terreno por outro, considerado mais adequado para o fim pretendido” e que, por esses motivos, “embora reconhecamos o interesse do projecto das hortas pedagógicas, não é da nossa competência um pronunciamento sobre a utilização do terreno, mas sim da EPUL.”

Nesse mesmo ano, o “Jornal de Telheiras”, que começa então a ser publicado, reproduz uma imagem do projecto, elaborado pela Divisão de Projectos de Estruturas Verdes da Câmara Municipal, nada mais nada menos que um plano de ajardinamento, agregando os usos recreativos, pedagógicos e sociais, para o terreno junto da Escola Primária e do Jardim de Infância. “Este plano dá continuidade ao processo de implantação no bairro, de espaços de terra que possam ser trabalhados pela população, escolas, associações e famílias”, adianta o jornal, citando o arquitecto responsável, para quem o projecto irá “minimizar o impacto entre o rural e o urbano e enquadrar utilizadores de vários estratos etários”. Mas o projecto não chega a ser implementado.

A edição do “Jornal de Telheiras”, de Dezembro, de 1999, sai com a manchete: “Telheiras também põe o sapatinho na chaminé”. No interior, sob o título “«Lista de prendas» do Bairro tem pés assentes na realidade”, dá conta dos desejos dos habitantes¹⁰, entre eles, o das hortas sociais e pedagógicas. Recorda, então, que, já em 1996, as crianças da Escola Primária tinham dirigido uma carta à EPUL, pedindo que “a parte antiga de Telheiras” fosse protegida, “para nós podermos ter contacto com o passado real” e, ainda, que a Quinta de Sant’Ana seja transformada numa escola de jardinagem”.

O jornal vai mais longe e descobre que o desejo de jardins e de hortas “corresponde a uma ficção da Câmara Municipal de Lisboa”. O jornal refere-se a uma edição única da autarquia, uma revista de Banda Desenhada produzida pela Direcção de Planeamento Estratégico, para comemorar os dez anos de Plano Estratégico. A obra, produzida em 1994, ficcionava sobre a cidade em 2002 (sendo efectivamente esta a data inscrita na capa da revista) e no mapa da cidade pontuava a existência do “Pomar de Telheiras”.¹¹ “Ora, desejar hortas e pomares por altura da passagem para 2000, a esta luz, parece perfeitamente admissível”, comentava o jornal, adiantando, “tanto mais que tendo a Câmara usado o bairro como zona piloto, na altura das primeiras experiências de separação de lixos, faria todo o sentido avançar, também em Telheiras, com novas experiências em matéria de estruturas verdes.”

É, também, nesta passagem de ano que o jornal “Expresso” publica a revista especial “Portugal 2010”. O editorial de José António Saraiva tem por título “Adivinhar o Futuro” e na página 40 ficciona uma “diminuição em 25% da taxa de recolha de lixo na zona de Telheiras (...) Tal medida resulta dos excelentes níveis de recolha selectiva da população desta parte da capital (...) Telheiras conseguiu diminuir a capitação diária para 0,8 kg «per capita», enquanto na generalidade do país se atingem 1,5 kg”.¹²

Em Junho de 2000, o “Jornal de Telheiras” dedicava as páginas 10 e 11 às áreas verdes do bairro, chamando o assunto à primeira página, com o título “Ainda cá temos lavradores”. No interior, publicava-se um artigo sobre as práticas de jardinagem no interior da Escola Básica 2+3, na altura com alfaces, cebolas, couves e favas, iniciativa integrada no projecto “Hortas Sociais” lançado pela Câmara Municipal em 1992; referia ainda a construção, no âmbito do Programa Ciência Viva, do Ministério da Ciência e Tecnologia, de um pequeno lago. Na mesma

⁹Carta do patriarcado de Lisboa, dirigida a Ana Contumélias, na sua qualidade de Presidente da Associação de Residentes de Telheiras (cargo que então a autora deste artigo ocupava), datada de 28 de Maio, de 1999.

¹⁰A « lista de prendas» fazia referência a uma das construções degradadas na primeira página, desejando « uma «Casa da Nora» para Casa de Cultura». A edição seguinte do Jornal de Telheiras já anunciava a intenção da EPUL de transformar o antigo solar da Casa da Nora na Biblioteca Orlando Ribeiro, que acabou por ser inaugurada no final de 2003.

¹¹Número único-2002, uma edição da Câmara Municipal de Lisboa – Direcção de Planeamento Estratégico, imagem de António Jorge Gonçalves, guião de Nuno Artur Silva, baseado no PEL (Plano Estratégico de Lisboa –CML 92, depósito legal N.º. 85228/94, com uma tiragem de 5 mil exemplares. A publicação incluía como destacável um “Mapa da cidade no virar do milénio”.

¹²Revista Expresso, n.º 1418, 30 de Dezembro 1999.

página, dava conta das expectativas dos residentes candidatos a jardineiros e horticultores, fazendo-se eco desta esperança no título “Campos de jardinagem ainda este ano”.

Na página 11, o jornal conta a história do grupo, pequeno mas resistente, de “lavradores”, todos com mais de 70 anos, e todos com raízes na velha aldeia – designada pela proprietária, EPUL, como Núcleo Antigo de Telheiras (NAT) – que, mau grado o avanço das construções, continuam a semear, receosos que as máquinas das obras cheguem antes de cada nova colheita. “Amar o Verde”, um pequeno apontamento, conclui a página 11, com uma coluna que ilustra o caso de moradores que, com mais ou menos descontração, descem dos seus prédios para cuidar das árvores e dos canteiros públicos.

Na edição seguinte, Novembro de 2000, o “Jornal de Telheiras” aproveitava para título uma frase escrita nos taipais que circundavam um quarteirão ainda não edificado e que dizia “o bairro merece um jardim”, num artigo em que dava conta da diferença de perspectivas com os responsáveis da EPUL – para quem Telheiras “tem múltiplos pequenos espaços verdes e os residentes. “Sem ter uma zona verde, é uma das zonas que tem mais verde”, afirmavam então os administradores da Empresa urbanizadora enquanto os moradores contestavam, dizendo que “o bairro não tem espaços verdes, tem canteiros”. O artigo referia ainda o desinteresse da empresa urbanizadora pelo relatório que lhe tinha sido enviado por duas habitantes, que fizeram o levantamento da qualidade dos ajardinamentos no bairro; relatava a aquisição por um condomínio de casas térreas, de instalações para compostagem dos lixos orgânicos, e a atenção e pesar de muitos residentes pela morte de árvores recentemente plantadas.

O mesmo jornal, mas na página 7, informava sobre a transplantação de 27 oliveiras retiradas da Quinta de Sant’Ana, onde continuavam as obras de construção da nova estação do Metro, e da atenção e receio com que alguns residentes seguiam o rasto e acompanhavam as condições de sobrevivência das árvores. Na página 11, uma foto da então directora do Jardim de Infância¹³, ilustrava um texto que descrevia o que ali se passava. Se no ano anterior as “estrelas” da horta tinham sido os feijões, “o riscadinho”, “o vermelho” e “o preto”, neste eram as abóboras que se faziam notar em quantidade, entre os espantalhos da pequena horta do jardim.

Nos anos que se seguem os dossiers da Associação engrossam com informação sobre agricultura urbana, mas as dúvidas também crescem. Em 2002 corre um abaixo-assinado entre os habitantes; o objectivo agora é defender a Quinta de Sant’Ana, ameaçada por planos de construção de mais um edifício e a palavra de ordem é “um jardim para o bairro”. Tal como o seu antecessor na presidência da CML, também Santana Lopes visita Telheiras e a Quinta histórica do Núcleo Antigo¹⁴, que, concluídas as obras do Metro, começa a ser parcialmente tratada à superfície, com um arranjo em que o verde surge como escasso e decorativo.

Esventrada no subsolo, já com a estação do metro a funcionar e o novo empreendimento de prestígio pronto¹⁵, a Quinta de Sant’Ana quase se “apagou” sob o novo Jardim da Praça Central, monumental é certo, com múltiplos repuxos e uma plantação acelerada que, contudo, não admite grande enraizamento.

Depois da construção do túnel do Metro e da construção de estacionamentos subterrâneos, obras que não chegaram a destruir a grande araucária, erguida frente à igreja¹⁶,

¹³ Luísa Aparício foi uma das primeiras e mais entusiastas aderentes do projecto das hortas, o que não admira dado o seu perfil e currículo. Trabalhou com os arquitectos na definição dos espaços exteriores do novo Jardim de Infância; recorda o tempo que viveu com colegas na Suécia e a diferença de valores – “nada de consumismos, nem deslumbramentos”; e manteve sempre uma actividade de “jardineira”, quer na sua casa do Penedo, quer no seu canteiro de casa de cidade, mas sobretudo transmitindo às crianças o seu gosto pelas plantas e pelo cultivo da terra

¹⁴Visita efectuada por Pedro Santana Lopes a Telheiras, em 6 de Novembro de 2002.

¹⁵O empreendimento Praça Central de Telheiras, apresentado como “uma referência de conforto e qualidade de vida”. No total são 13 edifícios, com dois apartamentos por piso, num total de 164 habitações, de 4 a 6 assoalhadas, com estacionamento e arrecadação.

¹⁶O problema da araucária, uma árvore centenária existente em Telheiras, cuja sobrevivência chegou a pensar-se estar em risco com as obras do Metro, preocupou muita gente no Bairro; mereceu também o acompanhamento da Câmara Municipal de Lisboa, designadamente através da sua responsável, de então, pela classificação das árvores de interesse público da cidade, Eng.ª biofísica Cesarina Tremoceiro. O “Jornal de Telheiras” referiu-se ao assunto na suas edições de Agosto de 1999 (pag. 11) e Dezembro de 1999 (pag. 5).

retirada muita da terra agrícola do território, a zona está agora parcialmente coberta por um tapete verde, onde a relva pode crescer mas dificilmente sobreviverão árvores de grande porte. Contudo, o destino da Quinta, na sua totalidade, ainda não é conhecido. A implantação das hortas, naquele espaço, torna-se a cada dia que passa, menos viável, embora a EPUL tencione abrir concurso para a instalação no local de um “*Garden Center*”. A administração da empresa e a Edilidade mantêm ainda em aberto a possibilidade de construir na parte Nascente da Quinta, edificação aprovada em PDM mas desde sempre contestada pelos habitantes e pela Associação de Residentes.

Entretanto, em 2003, a Associação de Residentes de Telheiras é contactada pela Divisão Municipal de Ambiente Urbano, da CML, com uma boa notícia. O terreno junto das escolas Primárias e Pré-Primária, entretanto transformado em estaleiro de obras, seria libertado, estando a EPUL disposta a financiar a construção de um jardim. O novo projecto, apresentado pelos técnicos municipais aos residentes e às escolas, reduz a área disponível para cultivo, limitando-a a vários canteiros rectangulares mas mantém alguma da filosofia de uso anteriormente prevista. O projecto prevê a manutenção do jardim “a custo zero”, pensando na entrega do espaço ao público utente, famílias, Associação de Residentes e Estabelecimentos de Ensino.

Uma das hipóteses subjacentes a este trabalho é a de que o espaço – neste caso consubstanciado no “quadrado verde” – pode ser entendido enquanto *território* e, enquanto território, avaliado como recurso e, também, como *recurso educativo*.

Em alguns dos actores, o sentido da acção/aprendizagem de uma cidadania, aqui entendida como uma maneira de construir/organizar as sociedades, e de uma cidadania ambiental, portadora de saber na esfera da ecologia, ressalta de uma primeira análise, permitindo descortinar uma “*doxa paysagère*”¹⁷, uma adesão ao urbanismo verde, largamente associado ao desenvolvimento sustentável. Nesta fase, é de admitir, ainda, a possibilidade de uma ideologia ambientalista, digo mesmo *crença*, passível de ser traduzida pelo discurso explicitado pelos agentes: “o amor por paisagens que não existem, a evocação do paraíso, do “éden”, do jardim, como o lugar último do homem”¹⁸.

Ora, neste ponto da presente investigação, ainda pouco se pode concretizar quanto à presença de “valores pós-materialistas, de autonomia, expressão, participação e qualidade de vida”, como os que, no Norte da Europa, parecem estar associados a iniciativas urbanas comunitárias, tais as que resultam na implantação de campos familiares de jardinagem. É preciso ir mais além, e o trabalho está em curso.

Trata-se de inquirir o real, de procurar as representações que dele têm os agentes, para as aferir, com os instrumentos conceptuais e metodológicos disponíveis. Mas, isso é claro, é de um real “relacional” que se trata; de um real que a Sociologia entende como um duplo envolvimento reflexivo dos sujeitos (Giddens, 2000), que, pela sua acção, pela sua capacidade de fazer passar “re-visões” do mundo, vão produzindo alterações na sociedade em que vivem, a um tempo se reformulando a si próprios pelo reformular das suas práticas, pelo reconstruir dos seus “*habitus*” (Bourdieu, 1989). Pierre Bourdieu e Anthony Giddens são, como se percebe, referências incontornáveis, no conjunto de teorias orientadoras da investigação.

E é no quadro de uma *teoria da acção e do sujeito* (Touraine, 1984) permitindo a *utopia pragmática*, o *realismo utópico* (Giddens, 1992) que este trabalho académico se filia, e vai sendo pensado. Diz Giddens que “nós podemos visualizar futuros alternativos, cuja divulgação pode, por si mesma, ajudar a que eles se realizem” (Op. Cit.). Mas, também, que os caminhos para a mudança social desejada terão pouco impacte se não estiverem ligados a “possibilidades institucionais imanentes”¹⁹.

As possibilidades institucionais imanentes de que fala Giddens estão presentes de várias formas. Há inclusivamente para alguns dos actores – ou houve – a percepção de que, no

¹⁷ Dubost, F., Lizet, B (org.) *Biensaisante nature*, Revista Communications, nº74, Seuil, 2003

¹⁸ Estas proposições são retiradas de um texto de Gonçalo Ribeiro Telles, integrante da exposição “A Utopia e os Pés na Terra”, do mesmo autor, patente entre Maio e Agosto de 2003 no Palácio Galveias. O arquitecto, defensor de longa data da agricultura urbana, foi um parceiro activo dos residentes de Telheiras

¹⁹ Giddens, A.. (1990/1992). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras. Celta

momento “havia uma bandeira”; de que era realista a utilização de espaços de boa terra agrícola, de forma estruturada, como actividade urbana. Mas a crença e o desejo, mesmo num contexto como o de Telheiras, onde uma empresa urbanizadora pública como é o caso da EPUL, vende o conceito de “Aldeia na cidade”, aproveitando a imagem nas suas acções de promoção imobiliária, confronta-se com outras energias. A compreensão delas e desse confronto carece ainda de maior aprofundamento investigativo, que já se iniciou mas que não está ainda consolidado, ao ponto de dele se poder dar conta ao Congresso da APS. Fica, espera-se que com algum interesse para os presentes, o que neste momento e nas condições propostas, se pode já dizer sobre a reflexão em torno do “Quadrado Verde”.

As possibilidades institucionais imanentes de que fala Giddens estão presentes de várias formas. Há inclusivamente para alguns dos actores – ou houve – a percepção de que, no momento “havia uma bandeira”; de que era realista a utilização de espaços de boa terra agrícola, de forma estruturada, como actividade urbana. Mas a crença e o desejo, mesmo num contexto como o de Telheiras, onde uma empresa urbanizadora pública como é o caso da EPUL, vende o conceito de “Aldeia na cidade”, aproveitando a imagem nas suas acções de promoção imobiliária, confronta-se com outras energias. A compreensão delas e desse confronto carece ainda de maior aprofundamento investigativo, que já se iniciou mas que não está ainda consolidado, ao ponto de dele se poder dar conta ao Congresso da APS. Fica, espera-se que com algum interesse para os presentes, o que neste momento e nas condições propostas, se pode já dizer sobre a reflexão em torno do “Quadrado Verde”.

Referências bibliográficas:

- APS (1994). Actas do Encontro de Vila do Conde da Associação Portuguesa de Sociologia. *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*. Lisboa: APS
- ALLÈGRE, C. (1993/96). *Ecologia das Cidades. Ecologia dos Campos*. Lisboa: Piaget
- ANTONELLI, C. e FERRÃO, J. (coords), (2001) *Comunicação, Conhecimento Colectivo e Inovação. As vantagens da Aglomeração Geográfica*. Lisboa: ICS
- AUGÉ M. (1994/99) *O Sentido dos Outros*. Petrópolis: Vozes
- AUGÉ, M. (1997/98) *A Guerra dos Sonhos – Exercícios de Etnoficção*. Oeiras: Celta
- AZEVEDO, J. (1994) *Avenidas da Liberdade. Reflexões sobre Política Educativa*, Porto: Asa
- AZEVEDO, J., *Educação e Desenvolvimento Local ou o Romântico Poder das Escolas Fecharem as Aldeias*, Lisboa: Sociedade de Ciências de Educação
- AZEVEDO, J. (2001) “Comunidade (de) Aprendentes – Um futuro outro para as cidades e para os cidadãos”. Porto: Conferência da Quaternaire Portugal, *Competências e Novas Dinâmicas Urbanas*
- BARROSO, J. (1993) *Escolas, Projectos, Redes e Territórios: Educação de Todos, Para Todos e com Todos*. Lisboa: ME (Programa Educação para Todos, nº 16)
- BEAUD, M. e C. e BOUGUERRA, M. L. (1993/95). *Estado do Ambiente no Mundo*. Lisboa: Piaget
- BEAUD, Paul, “L’Espace Public en Chantier”, in Miranda, José A. Bragança e Silveira, Joel F. (orgs) (2002) *As ciências da Comunicação na Viragem do Século*, Lisboa: Vega e autores
- BIDET, J., e TEXIER, J. (Dir.) (1992). *L’écologie, ce matérialism historique*. Paris: Presses Universitaires de France
- BOURDIEU, P. (1989) *O Poder Simbólico*. Oeiras: Celta
- BOURDIEU, P. (1994/1996) *Razões Práticas*. Oeiras: Celta
- BOURDIEU, P. (1997/1998) *Meditações Pascalianas*. Oeiras: Celta

- BUCKINGHAM, David (2000). *The Making of Citizen. Young People, News and Politics*.
Londres: Routledge
- CABRAL, J. P.(2000), “A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições”, volume
temático *Lisboa Cidade de Margens, Análise Social*, Lisboa, Ed. ICS
- CARNEIRO, R. (2001) *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem – 21 Ensaios Para o
Século 21*, Porto: Fundação Manuel Leão
- CABANAS, J. M. *Teoria de la Educacion – Concepción Antinómica de la Educación*,
Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento (1987). *O Nosso futuro Comum*.
Lisboa: Liber
- CORREIA, F. N. (Coord.), (1994). *Plano Nacional da Política de Ambiente*. Lisboa: Ministério
do Ambiente e Recursos Naturais
- COSTA, A. F., BRITO, J. P., e OLIVEIRA, J. M. P., “Au Portugal: Villages et agents
médiateurs de communications”, in Bassan, M. e MOECKLI, J.-M. (orgs), (1989), *Villages:
quels espoirs*, Paris : Lang
- COSTA, A. F. (1992) *Sociologia*. Lisboa: Difusão Cultural
- COSTA, A. F., ÁVILA, P., e MATEUS, S. (2002). *Públicos da Ciência em Portugal*. Lisboa:
Gradiva
- DELÉAGE, J-P. (1991/93). *História da Ecologia. Uma Ciência do Homem e da Natureza*. Lis-
boa: Dom Quixote
- DUBOST, F., LIZET, B (org) *Biensaisante nature*, Revista Communications, nº74, Seuil, 2003
- EGGLESTON, J. (1977). *The Ecology of the School*. London: Methuen & Coltd
- ELIAS, N. (1970/1999). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70
- ELIAS, N. (1989/94) *Teoria Simbólica*. Oeiras: Celta
- FERREIRA, A. F. (Coord.) (1985). *Usos e Apropriação do Alojamento em Telheiras*. Lisboa:
NEUT
- FETTERMAN, David M. (2001) *Foundations of Empowerment Evaluation*. London: Sage
- FONTCUBERTA, Mar.(1999) *A Notícia. Pistas para Conhecer o Mundo*. Lisboa: Ed. Notícias
- FREIRE, Paulo (1970) *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- FREIRE, Paulo (2001) *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. S. Paulo: UNESP
- FRIEDMAN, J.(1992/96) *Empowerment. Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*.
Oeiras: Celta
- GEERTZ, C., (1983/97) *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes
- GIDDENS, A. (1979/2000) *Dualidade da Estrutura: Agência e Estrutura*. Oeiras: Celta
- GIDDENS, A. (1990/1992) *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta
- GIDDENS, A. (1999) *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Presença
- GOFFMAN, E. (1959/1993). *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*. Lisboa: Relógio
D’Água
- GOLDBLAT, D. (1996/98). *Teoria Social e Ambiente*. Lisboa: Piaget
- GOODY, J. (1977/1988). *Domesticação do Pensamento Selvagem*. Lisboa: Presença
- GOUDIE, A. (1991/93). *The Human Impact on the Natural Environment*. Oxford: Blackwell
- GUERRA, I.(1994) *Identidades Sociais e Estratégias Locais*. Lisboa: Associação Portuguesa de
Psicologia

- GUERRA, M.A.S.(2000) *A Escola que Aprende*. Porto: Asa
- HABERMAS, J. (1978), *L'Espace Public*. Paris: Payot
- HABERMAS, J.(1987)*Théorie de l'Agir Communicationnel*. Paris : Fayard
- HALL, Edward T.((1966/86) *A Dimensão Oculta*, Lisboa: Relógio D'Água
- HANDY, Charles (1996) *Beyond Certainty : The Changing Worlds of Organizations*. Harvard Business School Press, Boston MA.
- HANDY, Charles (1988) *Understanding Voluntary Organizations*. Penguin, London.
- HANDY, Charles (1997/98) *O Espírito Faminto*. Lisboa: Ed. Cetop
- HANNIGAN, J.A. (1995/2000). *Sociologia Ambiental. A formação de uma perspectiva social*. Lisboa: Piaget
- HESS, Rémy (1983) *Sociologia de Intervenção*. Porto: Rés
- LIPIETZ, Alain (1993). *Vert espérance. L'avenir de l'écologie politique*. Paris: La Découverte
- KANTER, Rosabeth M. (1995) *World Class - Triving Locally in the Global Economy*, Nova Iorque: Simon & Schuster
- KELLERHALS, J.e MONTANDON, C.(1991). *Les Stratégies Éducatives des Familles – Milieu Social, Dynamique Familial et Éducation des Pré-adolescents*. Lausanne: Delachaux et Niestle
- LÉVI-STRAUSS, C. (1983/86), *O Olhar Distanciado*, Lisboa: Edições 70
- MARSHALL, T.H. (1973). *Class, Citizenship and Social Development*. Westport: Greenwood Press
- MESQUITA, L. (2000) *Educação e Desenvolvimento Económico, Contribuição para o Estudo da Natureza Presente de uma Relação*, Lisboa: IIE
- MILLON, Alain (1999) *La Valeur de L'Information*. Paris : Puf
- Ministere de L'Aménagement du Territoire et de L'Environnement (1998). *Villes Et Développement Durable. Des Expériences À Echanger*. Paris: CEDIDELP
- MORIN, Edgar (1984/sd) *Sociologia*, Lisboa, Europa-América
- MORIN, E. (2002) *Os Sete Saberes para a Educação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- MOZZICAFREDO, J. (1977) *Estado Providência e Cidadania em Portugal*. Oeiras: Celta
- MURTEIRA, M. (1983) *Lições de Economia Política do Desenvolvimento*. Lisboa: Presença
- POSTER, Mark (1995/2000) *A segunda Era dos Média*. Oeiras: Celta
- PRADES, J. A. ; Tessier, R. e Vaillancourt, J-G. (Dir.) (1992). *Gestion de L'Environnement, Éthique et Société*. Canada: Fides
- PRIGOGINE, I. (1988/1999). *O Nascimento do Tempo*. Lisboa: Edições 70
- RAMALHO, M. I., e RIBEIRO, A. S. (2002). *Entre Ser e Estar. Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*. Porto: Afrontamento
- RIBEIRO,O.(1970)“Trinta Anos de Estudos Geográficos”,in *Ensaios de Geografia Humana e Regional*, vol 1, Lisboa: Sá da Costa
- RIBEIRO, T. (Coord.), (1994). *O Jardim Comum Europeu. Novos Desafios Ambientais*. Lisboa: Quetzal
- SACRISTÁN J. G. (1998) *Poderes Inestables en Educación*. Madrid: Morata
- SALGUEIRO, T. B. (2001). *Lisboa, Periferia e Centralidades*. Oeiras: Celta
- SANTOS, B.S. (2000) *A Crítica da Razão Indolente*. Porto: Afrontamento

- SANTOS, B. S. (Org.), (2001). *Globalização – Fatalidade ou Utopia?* Porto: Afrontamento
- SANOFF, Henry (2000) *Community Participation Methods in Design and Planning*. New York: John Wiley & Sons, Inc.
- SILVA, A.S. (et al) (1988), *Atitudes, Valores Culturais e Desenvolvimento*, Lisboa: Sedes
- SIMMEL G. (1984). *On Individuality and Social Forms*. Chicago: Chicago University Press
- TOURAINE, A. (1997/98) *Iguais e Diferentes. Poderemos viver juntos?*, Lisboa: Piaget
- TOURAINE, A. (1992/1994). *Crítica da Modernidade*. Lisboa: I. Piaget
- United Nations Development (1991 e anos seguintes). *Human Development Report*. New York: Oxford University Press
- UZZEL, D., FONTES, P.J., JENSEN, P. B. (et al) (1998). *As crianças como agentes de mudança ambiental*. Porto: Campo das Letras
- WENGER, E. (1998) *Communities of Practice: Learning, Meaning and Identity*. New Y: Cambridge University Press
- VYGOTSKY, L. (1978) *Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes*. Cambridge: Harvard University Press
- WEBER, M. (1924/1997). *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. Lisboa: Edições 70
- WEIL, P. (1990). *A quoi rêvent les années 90*. Paris : Seuil
- WIEVIORKA, Michel (2000/2002). *A diferença*. Lisboa: Fenda
- WIENER, Norbert (1952) *Cybernetics and Society. The Human Use of Human Beings*. Garden City: Doubleday Books
- YEARLEY, S. (1991/1992), *A Causa Verde – Uma Sociologia das Questões Ecológicas*. Lisboa: Celta